



Sistematização e Análise dos Dados da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Índice Remissivo

Sumário Executivo	1
Visão Geral das Propostas	2
Resultados da Conferência	2
Convenção da ONU	4
Programa Viver sem Limite	6
Áreas Temáticas da Conferência	9
Acompanhamento das Moções	12
Conclusões	19

Sumário Executivo

A sistematização e análise das propostas da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentadas neste relatório revelam que a grande prioridade das demandas continua sendo com relação à acessibilidade, um dado importante para fins de elaboração e implementação de políticas públicas. Enquanto apenas um pequeno percentual (16%) das propostas da Conferência estão contempladas, parcial ou integralmente, no Plano Viver sem Limite, verifica-se que as prioridades do Plano foram acertadas, já que são condizentes com as prioridades levantadas na Conferência. Ainda com relação ao Plano Viver sem Limite, é possível observar que as ações mais relevantes (ou seja, as ações que mais se relacionaram com as propostas da Conferência) foram o Minha Casa Minha Vida II (Eixo Acessibilidade) e os Centros Especializados de Reabilitação (Eixo Saúde). Finalmente, a análise demonstrou que a natureza das propostas da Conferência, por vezes com orientação e direcionamento pouco claros, dificulta ou impossibilita um acompanhamento efetivo. Uma maneira de contornar esse obstáculo no futuro seria reservar parte da próxima conferência para a elaboração de propostas mais objetivas e estrategicamente elaboradas com foco na articulação com as partes envolvidas, aumentando assim as chances de implementação efetiva e ganhos palpáveis a curto e médio prazo.

Visão Geral das Propostas

Resultados da Conferência

A III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência,¹ realizada nos dias 3 a 6 de dezembro de 2012, contou com a presença de 886 delegados e gerou um total de 404 propostas e 35 moções aprovadas.² As discussões se deram no âmbito de 9 áreas temáticas,³ conforme tabela a seguir.

Área	Propostas Aprovadas
Educação	49
Esporte, Cultura e Lazer	18
Trabalho e Reabilitação Profissional	41
Acessibilidade	64
Comunicação	23
Transporte e Moradia	54
Saúde, Prevenção, Reabilitação, Órtese e Prótese	91
Segurança e Acesso à Justiça	28
Padrão de Vida e Proteção Social	36
<i>Total</i>	<i>404</i>

Tabela 1: Áreas temáticas e números de propostas aprovadas

¹ Daqui para frente, simplesmente “Conferência”.

² Disponíveis na publicação *III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Relatório Final*, disponível sob consulta através do email conade@sdh.gov.br.

³ O termo ‘área temática’ é utilizado em relação à Conferência para diferenciar do termo ‘eixo temático’, utilizado para se referir aos componentes do Plano Viver sem Limite a seguir.

A contabilização de propostas por áreas temáticas revela, então, maior volume de demanda nas áreas de Saúde, Acessibilidade e Transporte e Moradia.

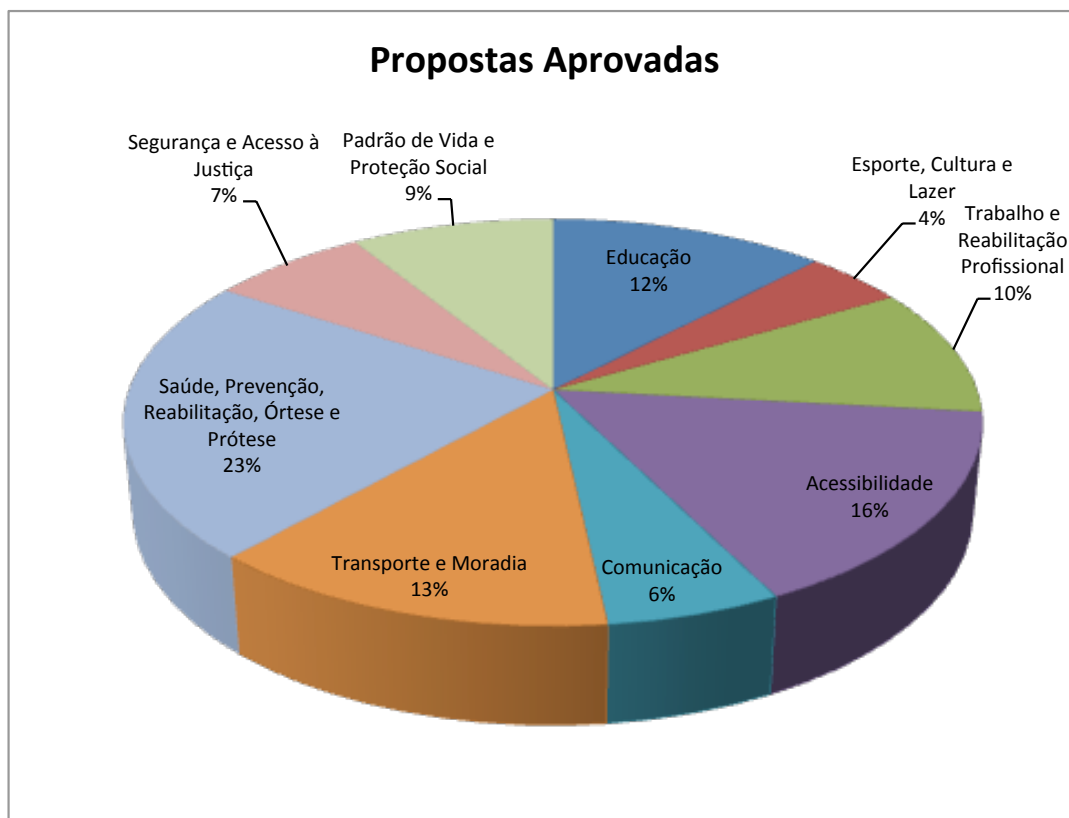


Gráfico 1: Propostas aprovadas por área temática da Conferência

[Gráfico em formato de pizza com 9 fatias com o título 'Propostas Aprovadas'. Na maior fatia, em cor roxo claro, lê-se 'Saúde, Prevenção, Reabilitação, Órtese e Prótese' com 23%. Na segunda maior fatia, em cor roxa, lê-se 'Acessibilidade' e 16%. Na terceira fatia, laranja, lê-se 'Transporte e Moradia' e 13%. Uma fatia em azul escuro mostra 'Educação' e 12%. Numa fatia verde escuro lê-se 'Trabalho e Reabilitação Profissional' e 10%. Uma fatia verde claro mostra 'Padrão de Vida e Proteção Social' e 9%. Numa fatia na cor vermelho claro, lê-se 'Segurança e Acesso à Justiça' e 7%. Uma fatia azul claro mostra 'Comunicação' e 6% e, por fim, numa fatia vermelha lê-se 'Esporte, Cultura e Lazer' e 4%.]

Convenção da ONU

Ao cruzar os dados referentes ao conteúdo das propostas da Conferência com os preceitos da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (de aqui em diante, simplesmente 'Convenção'), observa-se ampla abrangência, sendo que, dos artigos que efetivamente tratam dos direitos das pessoas com deficiência (Artigos 4 ao 34), a grande maioria foi mobilizada nas propostas.

Como uma proposta da Conferência pode fazer referência a mais de um artigo da Convenção da ONU, para fins metodológicos, os artigos foram contabilizados a cada instância, gerando um número maior de ocorrências do que o número total de propostas da Conferência. As ocorrências de cada artigo da Convenção, em números absolutos, são listadas na Tabela 2 a seguir.

Convenção ONU	Referente a	Ocorrências
Artigo 1	Propósito	1
Artigo 4	Obrigações Gerais	1
Artigo 5	Igualdade e Não Discriminação	21
Artigo 6	Mulheres com Deficiência	2
Artigo 7	Crianças com Deficiência	4
Artigo 8	Conscientização	22
Artigo 9	Acessibilidade	152
Artigo 12	Reconhecimento Igual Perante a Lei	17
Artigo 13	Acesso à Justiça	20
Artigo 14	Liberdade e Segurança	2
Artigo 15	Prevenção contra Tortura	3
Artigo 16	Prevenção contra Violência	3
Artigo 17	Proteção da Integridade	1
Artigo 19	Vida Independente	84
Artigo 20	Mobilidade Pessoal	64
Artigo 21	Acesso à Informação	51
Artigo 24	Educação	54
Artigo 25	Saúde	98
Artigo 26	Habilitação e Reabilitação	21
Artigo 27	Trabalho	39

Convenção ONU	Referente a	Ocorrências
Artigo 28	Proteção Social	36
Artigo 29	Participação na Vida Política	19
Artigo 30	Participação na Vida Cultural	33
Artigo 31	Coleta de Dados e Estatística	8
Artigo 34	Comitê Direitos das Pessoas com Deficiência	2
Não Identificado	-	4

Tabela 2: Artigos da Convenção da ONU referenciados pelas propostas da Conferência

A partir dos dados da Tabela 1, verifica-se que há uma preponderância de propostas relacionadas à Acessibilidade (Artigo 9). O gráfico abaixo ilustra os dados da Tabela 1, com foco nos 10 artigos mais referenciados na Conferência.

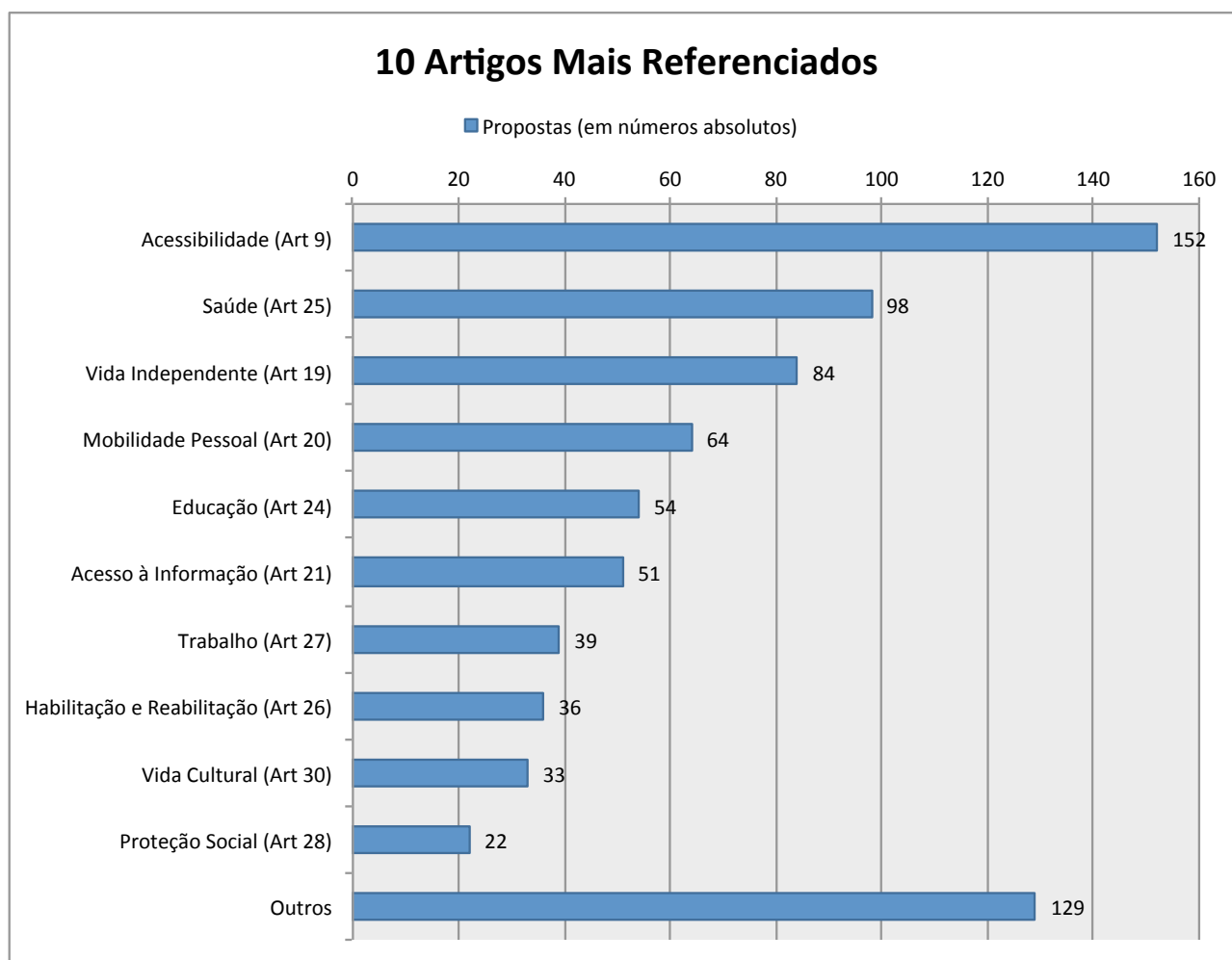


Gráfico 2: Artigos da Convenção da ONU mais referenciados na Conferência

[Gráfico em formato de barras, com 11 barras horizontais na cor azul, com o título '10 Artigos Mais Referenciados'. Na primeira e maior barra, lê-se 'Acessibilidade (Art 9)' e o número 152 no final da barra. Na segunda, lê-se 'Saúde (Art 25)' e o número 98. Na terceira barra, quase metade do tamanho da primeira, lê-se 'Vida Independente' e o número 84. Na quarta barra lê-se 'Mobilidade Pessoal (Art 20)' e 64. Na quinta barra aparece 'Educação (Art 24)' e 54. Na sexta barra, lê-se 'Acesso à Informação (Art 21)' e 51. Na sétima barra, lê-se 'Trabalho (Art 27)' e 39. Na oitava barra aparece 'Habitação e Reabilitação (Art 26)' e 36. Na nona barra aparece 'Vida Cultural (Art 30)' e 33. Na décima barra, lê-se 'Proteção Social (Art 28)' e 22. Na décima primeira e última barra consideravelmente maior que a anterior, lê-se 'Outros' e 129.]

Conforme indicado na Tabela 1, a maioria das demandas fazem referência a artigos fortemente relacionados à acessibilidade, como é o caso dos Artigos 9, 19 e 20 – Acessibilidade, Vida Independente (ligado a questões de residência e instalações da comunidade) e Mobilidade Pessoal, respectivamente. Juntos, esses três grupos somam 53% das demandas da Conferência como um todo. A segunda maior demanda, em termos temáticos, é por Saúde (Artigo 25), com 24%, seguida por Educação (Artigo 24) e Acesso à Informação (Artigo 21), cada uma representando 13% de todas as propostas. Apesar de aparentemente alto, a porcentagem referente a outros artigos (32%) inclui 17 artigos, ou seja, a representatividade de cada um deles é ínfima (em média, 1,4%).⁴

Programa Viver sem Limite

Das 404 propostas aprovadas na III Conferência Nacional, a grande maioria (84%) não estão contempladas no Plano Viver sem Limite do Governo Federal. Isso se dá em parte devido ao escopo do Plano, que não abrange todas as áreas cobertas na Conferência, e também devido à natureza das demandas, por vezes genéricas ou muito amplas. Vale ressaltar também que a Conferência se deu após o lançamento do Plano Viver sem Limite, o que potencialmente excluiu demandas já abarcadas pelo Plano.

⁴ Esses 17 artigos adicionais estão listados na Tabela 1, seguidos pelo respectivo número de propostas relacionadas, em números absolutos.

Uma análise mais detalhada das 63 propostas cobertas, parcial ou integralmente, pelo Plano, é possível verificar que as ações do Eixo Educação são as que mais abarcam as demandas da conferência, seguidas de perto pelas do Eixo Saúde.

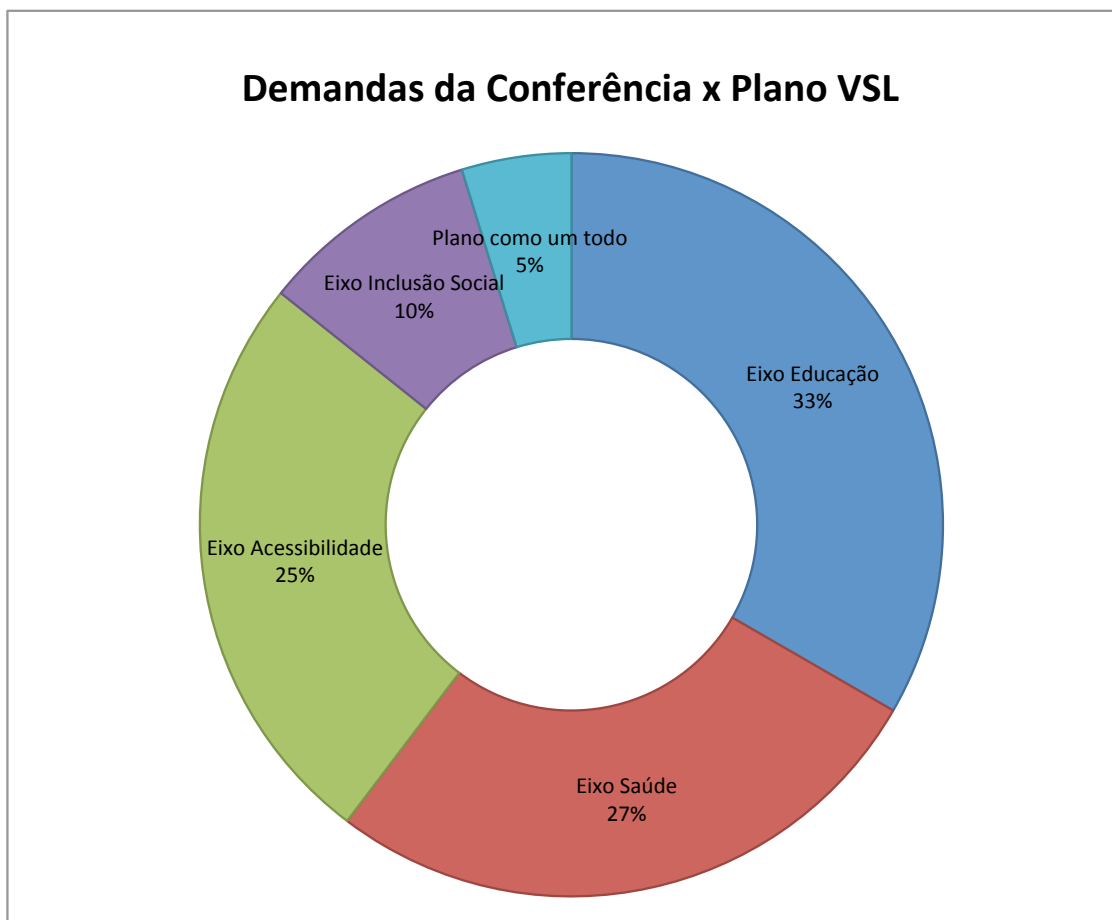


Gráfico 3: Porcentagem de cobertura do Plano Viver sem Limite por eixo temático

[Gráfico em formato de rosca com 5 setores com o título 'Demandas da Conferência x Plano VSL'. No maior setor, de cor azul escuro, lê-se 'Eixo Educação' e 33%. No segundo maior setor, em cor vermelha, aparece 'Eixo Saúde' e 27%. No terceiro maior setor, de cor verde, aparece 'Eixo Acessibilidade' e 25%. No quarto setor, de cor roxa, lê-se 'Eixo Inclusão Social' e 10%. No menor setor, de cor azul claro, lê-se 'Plano como um todo' e 5%.]

Ao se tomar por base as áreas temáticas da Conferência, por sua vez, verifica-se que 18 das 49 propostas relativas à área de Educação já estão cobertas, parcial ou integralmente, pelo plano do Governo Federal, representando 37% de todas as propostas desta área temática no âmbito da Conferência.

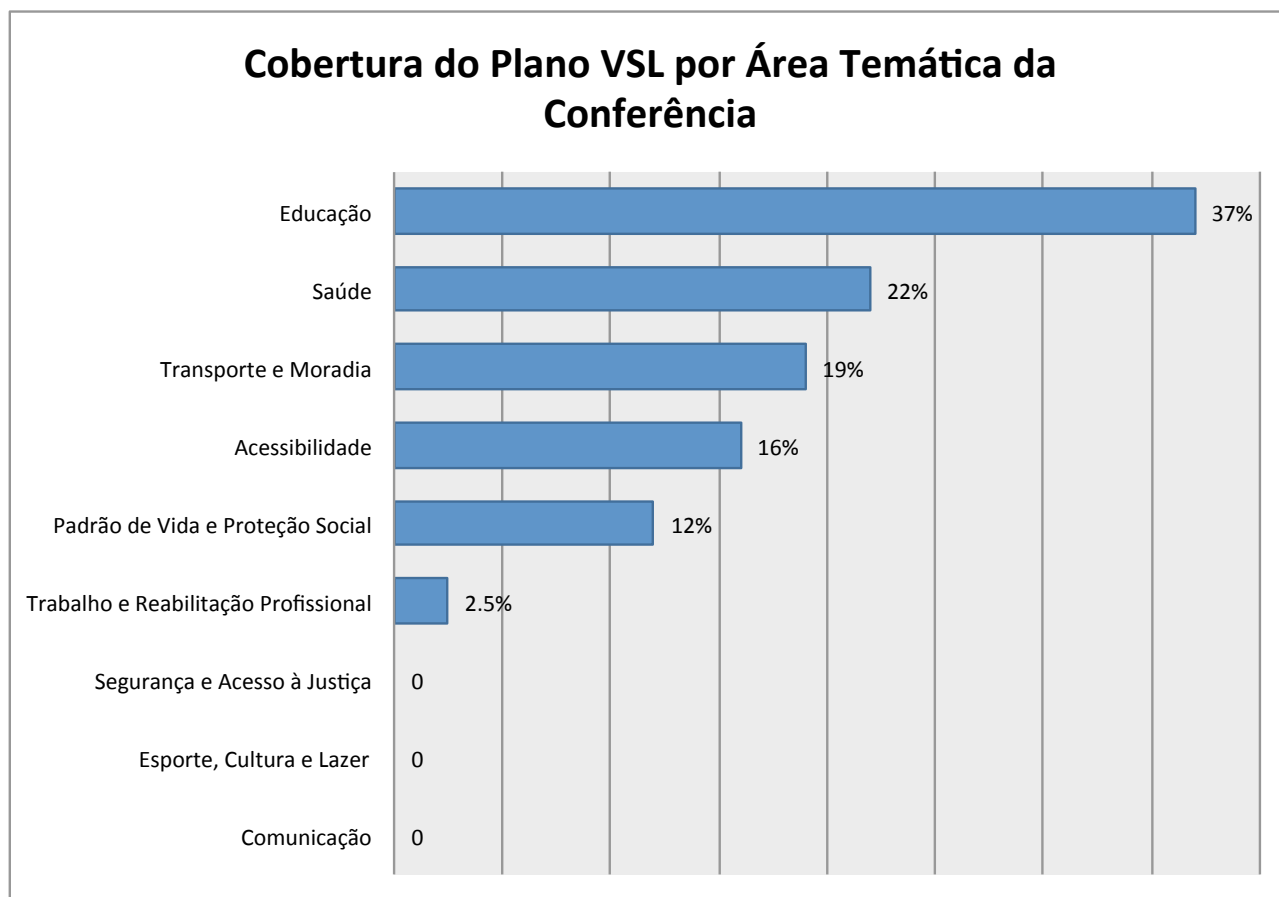


Gráfico 4: Porcentagem de propostas da Conferência cobertas pelo Plano Viver sem Limite

[Gráfico em formato de barras, com 9 barras horizontais na cor azul, e com o título 'Cobertura do Plano VSL por Área Temática da Conferência'. Na primeira e maior barra, lê-se 'Educação' e 37% no final da barra. Na segunda aparece 'Saúde' e 22%. Na terceira, lê-se 'Transporte e Moradia' e 19%. Na quarta, mais de duas vezes menor que a primeira, lê-se 'Acessibilidade' e 16%. Na quinta aparece 'Padrão de Vida e Proteção Social' e 12%. Na sexta, consideravelmente menor, lê-se 'Trabalho e Reabilitação Profissional' e 2,5%. As três últimas linhas não apresentam barras e indicam 0. Lê-se, de cima para baixo, 'Segurança e Acesso à Justiça'; 'Esporte, Cultura e Lazer'; e 'Comunicação'.]

As áreas que não têm representatividade no Plano Viver sem Limite (Segurança e Acesso à Justiça; Comunicação; e Esporte, Cultura e Lazer) coincidentemente são também as que têm menor volume de propostas dentro do âmbito da própria Conferência, representando respectivamente 7%, 6% e 4% de todas as propostas da Conferência, conforme ilustrado pelo Gráfico 1. Se por um lado esses dados indicam que as prioridades do Plano Viver sem Limite foram avaliadas de maneira acertada, por outro lado, ao se somar as propostas das 3 áreas temáticas não contempladas no Plano, verifica-se que 17% do total global de demandas não encontraram reflexo no Plano do Governo Federal.

Áreas Temáticas da Conferência

Das áreas temáticas da Conferência que têm propostas contempladas no Plano Viver sem Limite, Trabalho e Reabilitação Profissional tem uma única proposta (equivalente à 2,5% do total de propostas da área) coberta pela iniciativa dos Centros de Reabilitação, dentro do Eixo Saúde do Plano. As demais áreas temáticas encontram cobertura no Plano conforme descrito na tabela a seguir.

Plano Viver sem Limite	Propostas Contempladas
Educação	
Educação Bilíngue	6
Salas Recursos Multifuncionais	6
Incluir	5
Escola Acessível	4
BPC na Escola	2
Transporte Escolar	2
Transporte Saúde	1
Plano como um todo	1
Não Identificado	31
Saúde	
Centros Reabilitação	7
Oficinas Ortopédicas	5
Identificação Precoce	4
Centro Referência em Tecnologia Assistiva	3
Inovação em Tecnologia Assistiva	2
Transporte Saúde	2
Plano como um todo	2
Centro Cães-Guia	1
Não Identificado	71
Transporte e Moradia	
Minha Casa Minha Vida II	5
Transporte Escolar	3

Plano Viver sem Limite	Propostas Contempladas
Inovação em Tecnologia Assistida	1
Transporte Saúde	1
Centros Dia	1
Não Identificado	44
Acessibilidade	
Minha Casa Minha Vida II	5
Crédito Facilitado	4
Inovação em Tecnologia Assistiva	2
Centro Cães-Guia	1
Centro de Referência em Tecnologia Assistiva	1
Plano como um todo	1
Não Identificado	54
Padrão de Vida e Proteção Social	
BPC no Trabalho	2
Centros Dia	2
Residências Inclusivas	2
Inovação em Tecnologia Assistiva	1
Não Identificado	30

Tabela 3: Número de propostas da Conferência contempladas nas ações do Plano Viver sem Limite

Observa-se, então, que a ação Minha Casa Minha Vida II foi a mais recorrente entre todas as ações do Plano que contemplam, parcial ou completamente,

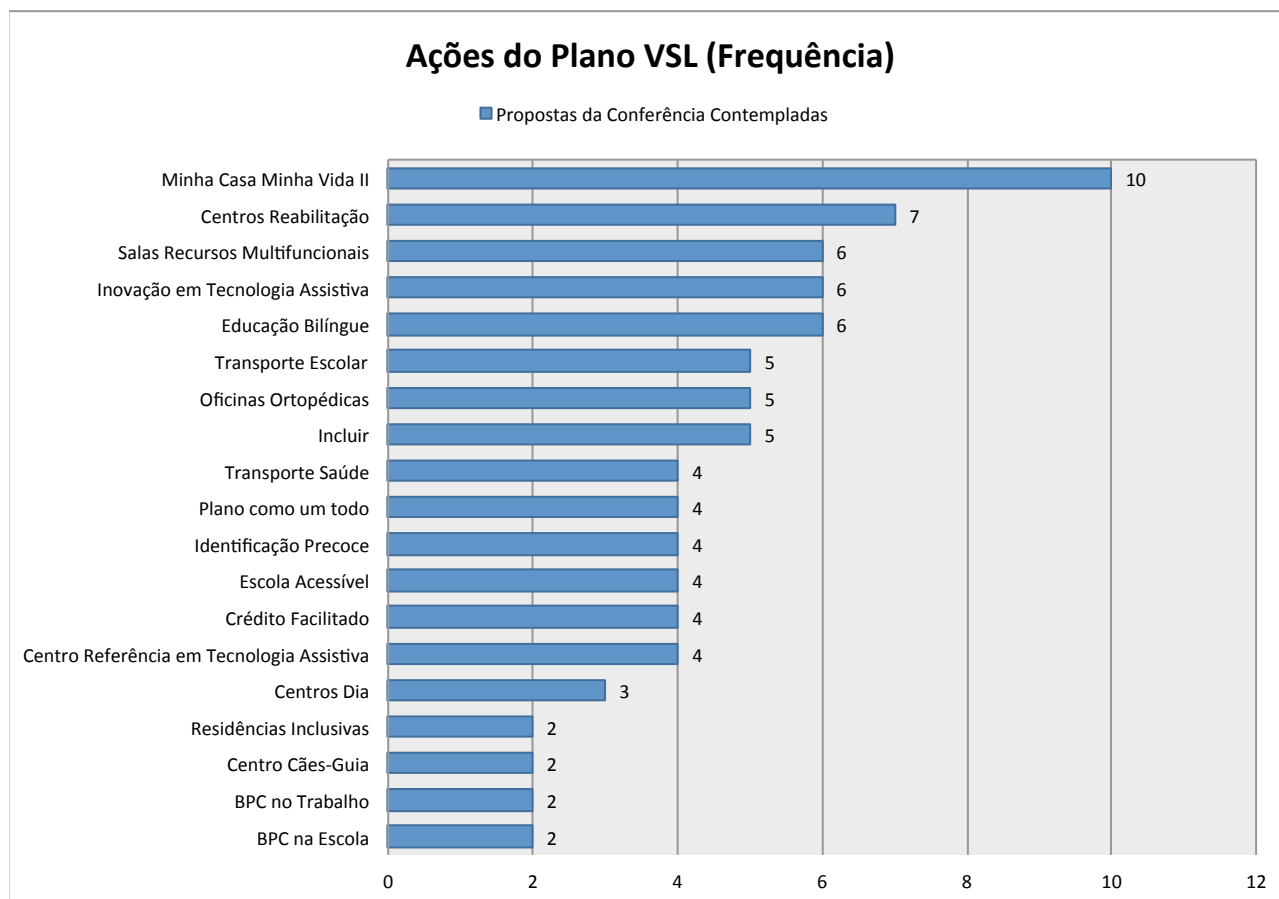


Gráfico 6: Frequência das ações do Plano Viver sem Limite nas propostas da Conferência

[Gráfico em formato de barras horizontais com o título 'Ações do Plano VSL (Frequência)'. O gráfico mostra 19 barras azuis e a legenda 'Propostas da Conferência Contempladas'. Na primeira barra, consideravelmente maior que todas as demais, lê-se 'Minha Casa Minha Vida II' e o número 10 ao final da barra. Na segunda, lê-se 'Centros Reabilitação' e 7. As três barras seguintes são do mesmo tamanho e mostram o seguinte texto, seguido pelo número 6: 'Salas Recursos Multifuncionais', 'Inovação em Tecnologia Assistiva' e 'Educação Bilíngue'. As três barras seguintes são do mesmo tamanho e ilustram o número 5 com o seguinte texto: 'Transporte Escolar', 'Oficinas Ortopédicas' e 'Incluir'. As seis barras seguintes são do mesmo tamanho, seguidas pelo número 4, e apresentam o seguinte texto: 'Transporte Saúde', 'Plano como um todo', 'Identificação Precoce', 'Escola Acessível', 'Crédito Facilitado' e 'Centro Referência em Tecnologia Assistiva'. Na barra seguinte lê-se o texto 'Centros Dia' e o número 3. As quatro últimas barras têm o mesmo tamanho, seguidas pelo número 2 e mostram o seguinte texto: 'Residências Inclusivas', 'Centro Cães-Guia', 'BPC no Trabalho' e 'BPC na Escola'.]

Observa-se, então, que no geral o Minha Casa Minha Vida II foi a ação de maior relevância dentro do âmbito Conferência, tendo atendido, parcial ou completamente, o maior número de propostas aprovadas durante o encontro.

Acompanhamento das Moções

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
s/n	Moção de Alerta sobre educação especial e previsões orçamentárias	SECADI-MEC	Cláudia Pereira Dutra	Ofício nº 31/2013	20/02/13	
		MEC	Aloizio Mercadante	Ofício nº 37/2013	20/02/13	
1	Moção de Apoio e Solicitação para assegurar direitos das pessoas com deficiência auditiva	Procuradoria Geral da República-MPF	Roberto Monteiro Gurgel Santos	Ofício nº 27/2013	20/02/13	Resposta recebida em 04/04/2013. MP manifestou sua adesão à Moção 1, informando que "possui procedimentos em relação aos diversos temas ali ventilados".
2	Moção de Reconhecimento em prol das Pessoas com Doença Facilforme	CONADE		Ofício SEPPIR		
3	Moção de Aplauso às falas da Pres. Dilma, Exma. Ministra Maria do Rosário e Exma. Ministra Gleice Hoffman	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	
		Casa Civil	Gleice Hoffman	Ofício nº 26/2013	20/02/13	
		SDH	Maria do Rosário	Memo nº 18/2013	20/02/13	

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
4	Moção de Repúdio ao desrespeito as estudantes com deficiência no ensino superior	MEC	Aloizio Mercadante	Ofício nº 37/2013	20/02/13	
5	Moção de Repúdio e Solicitação para revisão dos instrutivos de reabilitação visual, auditiva e física no âmbito do SUS (Portarias GM 835 de 25.04.2012 e GM 793 de 24.04.2012)	Ministério da Saúde	Alexandre Padilha	Ofício nº 32/2013	20/02/13	
6	Moção de apoio com prepostas sobre: passe livre, acessibilidade e CNH.	Administração Pública Direta e Indireta				
7	Moção de Apoio e Solicitação para estabelecimento de medidas no que diz respeito a políticas públicas para PcD	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
8	Moção de Revisão para mudança de critérios de avaliação referentes ao BPC	MDS	Tereza Campello	Ofício nº 33/2013	20/02/13	Recebida em 27/06/2013. MDS manifestou a impossibilidade de aumentar o corte de renda mensal per capita de 1/4 para 1/2 salário mínimo, já que isso acarretaria um incremento de 44,5% em investimentos no BPC (o equivalente a R\$ 13,9 bilhões). Seria necessário ainda uma estimativa de impacto orçamentário, conforme LC 101/00. É enfatizado, no entanto, que o BPC pode ser concedido excepcionalmente, via ação judicial, desde que comprovada a situação de miséria.
9	Moção de Apoio para criação de Sistema Nacional de Políticas para PcD (SISNAPEDE) com proposta de estrutura	Administração Pública Direta e Indireta				
10	Moção de Sugestão para Balcões de Serviços e Orientação com participação de outros Órgãos (MP, INSS, MEC, etc)	Comissão Organizadora - CONADE				
11	Moção de Apoio para criação do	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
	PAC Acessibilidade	MPOG MCidades	Miriam Belchior Aguinaldo Velloso	Ofício nº 28/2013 Ofício nº 35/2013	20/02/13 20/02/13	
12	Moção de Solicitação para que o termo "surdolimpico" seja inserido na proposta nº 01 do eixo Esporte, cultura e Lazer	Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos - CBDS	Gustavo Perazzolo	Ofício nº 40/2013	19/03/13	
13	Moção de Apoio e Solicitação para intensificação das ações destinadas a proteção das crianças e adolescentes com deficiência intelectual	SDH	Maria do Rosário	Memo nº 18/2013	20/02/13	
14	Moção de Solicitação para concessão de órteses e próteses de qualidade	Ministério Público	Roberto Monteiro Gurgel Santos	Ofício nº 27/2013	20/02/13	Recebida em 04/04/2013, sugerindo que o Conade as encaminhe "aos órgãos do Poder Executivo aos quais compete a implantação de políticas públicas de caráter discricionário".
15	Moção de solicitação para recursos para adaptação de casas para PcD que não se enquadrem nos programas de habitação	Ministério Público	Roberto Monteiro Gurgel Santos	Ofício nº 27/2013	20/02/13	Recebida em 04/04/2013, sugerindo que o Conade as encaminhe "aos órgãos do Poder Executivo aos quais compete a implantação de políticas públicas de caráter discricionário".
16	Moção de Reivindicação - remanejamento funcional - Condições de trabalho	III CNDPD - CONADE				

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
17	Moção de Apoio e solicitação de uma política pública para instalação de Serviço de Intermediação por Vídeo no Brasil - SIV para deficientes auditivos	Ministério das Comunicações	Paulo Bernardo Silva	Ofício nº 29/2013	20/02/13	
		ANATEL	João Batista de Rezende	Ofícios nº 30/2013	20/02/13	
18	Moção de Apelo no que diz respeito a conceituação do que seja pessoa com deficiência visual	STJ	Felix Fisher	Ofício nº 34/2013	20/02/13	
19	Moção de Repúdio a ampliação dos direitos das PcD às pessoas com visão monocular ou perda auditiva unilateral	Administração Pública Direta e Indireta				
20	Moção de Repúdio ao processo eleitoral do CONADE	CONADE				
21	Moção de Aplausos e Louvor a Senhora Isabel Loureiro Maior, que não esteve presente na III Conferência	SDH	Maria do Rosário	Memo nº 18/2013	20/02/13	
22	Moção de Esclarecimento e Reparo para enaltecimento da participação da Pres. Dilma e contestação quanto de qualquer manifesto de vaías	Sociedade Brasileira				
23	Moção de Apoio a luta do MORHAN	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
24	Moção de Repúdio ao tratamento dado a Comissão Brasileira de Braille pela Secretaria de Alfabetização, diversidade e Inclusão	MEC	Aloizio Mercadante	Ofício nº 37/2013	20/02/13	
25	Moção de Repúdio a falta de acesso dos deficientes visuais a leitura por conta da disponibilidade insuficiente de livros em Braille	Ministério da Cultura	Marta Suplicy	Ofício nº 38/2013	20/02/13	
26	Moção de Apoio à reestruturação da composição do CONADE	CONADE				
27	Moção de Repúdio a atual situação de hanseníase no Brasil	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	
		Ministério da Saúde	Alexandre Padilha	Ofício nº 32/2013	20/02/13	
28	Moção de Apoio e Solicitação de uma cadeira no STF para um Ministro com deficiência	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	
29	Moção de Solicitação de Comissão Nacional composta por membros da SNPD e do CONADE	CONADE				
30	Moção de Veto do art. 7º caput e parágrafo único do PLS 168/2011	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	

Moção	Assunto	Órgão	Destinatário	Ofício	Data	Resposta
31	Moção de Recomendação para que a quarta conferência nacional tenha como um dos eixos a revisão das conferências anteriores	CONADE				
32			-- REJEITADA EM PLENÁRIA --			
33	Moção de Apoio sobre cadeira motorizadas que não são disponibilizadas pelo SUS	Ministério da Saúde Câmara dos Deputados	Alexandre Padilha Henrique Eduardo Alves	Ofício nº 32/2013 Ofício nº 36/2013	20/02/13 20/02/13	
34	Diversos temas/diversas propostas	Sem destinatário				
35	Moção de Apoio ao Governo da Presidente Dilma Rousseff	Presidência da República	Dilma Rousseff	Ofício nº 24/2013	20/02/13	

Conclusões

Com base na sistematização e análise dos dados da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentadas acima, algumas conclusões podem ser traçadas em diversos níveis. Primeiramente, para fins de elaboração e implementação de políticas públicas, fica claro que a grande prioridade das demandas continua sendo com relação à acessibilidade, como demonstra o cruzamento do conteúdo das propostas da Conferência com os preceitos da Convenção da ONU. A análise das propostas à luz do Plano Viver sem Limite revela que, se por um lado menos de 1/5 das propostas estão contempladas no Plano, por outro verifica-se que as prioridades do Plano foram acertadas, sendo condizentes com as prioridades levantadas na Conferência.

Finalmente, a análise demonstrou que a natureza das propostas da Conferência, por vezes com orientação e direcionamento pouco claros, dificulta ou impossibilita um acompanhamento efetivo. Uma maneira de contornar esse obstáculo no futuro seria reservar parte da próxima conferência para a elaboração de propostas mais objetivas e estrategicamente elaboradas com foco na articulação com as partes envolvidas, aumentando assim as chances de implementação efetiva e ganhos palpáveis a curto e médio prazo.